

Desemprego e saúde mental: uma análise temática no Brasil.¹

Unemployment and mental health: a thematic analysis in Brazil.

Desempleo y Salud Mental: Un análisis temático en Brasil

Elaine Cristina Vieira de Magalhães

ENSP/FIOCRUZ

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

elainevmagalhaes@yahoo.com.br

Luciana Gomes

ENSP/FIOCRUZ

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

luciana.gomes@ensp.fiocruz.br

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo investigar a produção científica brasileira sobre a relação entre desemprego e saúde mental. O tema foi abordado a partir do referencial teórico da Saúde do Trabalhador. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, foi feita com base em uma revisão bibliográfica do tipo narrativa. Os resultados apontam para uma tendência a se tratar o tema a partir da perspectiva da saúde mental, verificando-se um maior número de investigações a respeito desse assunto. As pesquisas versaram sobre o impacto do desemprego na saúde e na vida dos sujeitos, tanto em suas dimensões psicológicas, quanto sociais e econômicas. As estratégias de sobrevivência e recolocação também foram muito citadas, em especial as individuais, sendo pouco evidenciadas as coletivas. Nota-se uma lacuna na literatura sobre desemprego e saúde mental no campo da Saúde do Trabalhador, com poucas publicações relacionadas, revelando a necessidade de maior inclusão dos trabalhadores desempregados nos seus estudos e em suas práticas. Sugere-se uma maior incorporação da temática do desemprego nas pautas das políticas públicas de saúde e o desenvolvimento de mais pesquisas, programas e políticas voltadas aos desempregados, numa perspectiva da saúde e não da doença.

Palavras-chave: *Desemprego; Saúde Mental; Saúde do Trabalhador.*

ABSTRACT

The current study aimed to investigate the Brazilian scientific production about the relationship between unemployment and Mental Health. The subject was approached from the theoretical reference of the Health of the Worker. The qualitative and exploratory research was based on a bibliographical review of the narrative type. The results point out a tendency to treat the issue from a mental health perspective, with a bigger number of studies regarding this subject and from this perspective. The research focused on the impact of unemployment on the health and in the life of the subjects, considering their psychological, social and economic dimensions. Survival and relocation strategies were frequently mentioned in the studies, specially the individual ones, with little evidence of collective strategies. It was observed a gap in the scientific literature about unemployment and mental health in the field of Occupational Health, with few related publications revealing the need for greater inclusion of unemployed workers in their studies and practices. It is suggested a greater incorporation of the issue of unemployment in the guidelines of public health policies, and the development of more researches, programs and policies aimed to help the unemployed, considering a health perspective rather than a disease one.

Keywords: *Unemployment; Mental health; Worker's health.*

RESUMEN

El presente estudio tuvo como objetivo investigar la producción científica brasileña sobre la relación entre desempleo y salud mental. El tema fue abordado a partir del referencial teórico de la Salud del Trabajador. La investigación, de carácter cualitativo y exploratorio, fue hecha con base en una revisión bibliográfica del tipo narrativa. Los resultados apuntan a una tendencia a tratar el tema desde la perspectiva de la salud mental, verificándose un mayor número de investigaciones al respecto. Las investigaciones versaron sobre el impacto del desempleo en la salud y en la vida de los sujetos, tanto en sus dimensiones psicológicas, como sociales y económicas. Las estrategias de supervivencia y recolocación también fueron muy citadas, en especial las individuales, siendo poco evidenciadas las colectivas. Se observa una laguna en la literatura sobre desempleo y salud mental en el campo de la Salud del Trabajador, con pocas publicaciones relacionadas, revelando la necesidad de una mayor inclusión de los trabajadores desempleados en sus estudios y en sus prácticas. Se sugiere una mayor incorporación de la temática del desempleo en las pautas de las políticas públicas de salud y el desarrollo de más investigaciones, programas y políticas dirigidas a los desempleados, desde una perspectiva de la salud y no de la enfermedad.

Palabras clave: *Desempleo; Salud Mental; Salud del Trabajador.*

¹ Esse artigo é baseado na monografia desenvolvida pela primeira autora do curso de especialização em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, da ENSP/FIOCRUZ.

INTRODUÇÃO

O fenômeno do desemprego apresenta-se na atualidade como uma das questões mais preocupantes decorrentes da nova fase do capitalismo. A reestruturação produtiva apoiada nos avanços tecnológicos e as novas formas de gestão trazem consigo novos modelos empregatícios e conseqüentemente a diminuição dos postos de trabalho.

Observando as mudanças no mundo laboral e sua configuração contemporânea, verifica-se que vivenciamos na atualidade uma crise global do sistema capitalista, em que estão presentes as deteriorações dos contratos de trabalho, as terceirizações, a flexibilização da legislação trabalhista e dos direitos sociais, bem como a tentativa de desregulamentação dos mesmos, demonstrando uma precarização estrutural do trabalho e a elevação nos níveis de desemprego.

As características dessa nova dinâmica do capitalismo trazem à tona o caráter permanente do desemprego, uma vez que era considerado um fenômeno passageiro. Estar sem trabalho no contexto atual, então, torna-se cada vez mais significativo e alarmante, estando o desemprego e as formas precárias de trabalho e de vida presentes até mesmo nos países com padrão mais elevado de desenvolvimento social e econômico (DRUCK, 2011).

Segundo dados do IBGE (PERET, 2017), a taxa de desocupação entre fevereiro e abril de 2017 chegou a 13,6%, o que indica 14 milhões de pessoas sem trabalho ou à procura de emprego no país. Essa foi a maior taxa dos últimos tempos. Esses números são preocupantes, visto o contexto de crise política e econômica pelo qual passa o país, que pode sugerir um aumento crescente desse índice.

Considerando que o trabalho ocupa um papel relevante na organização da estrutura psíquica e também nos processos formativos da identidade das pessoas, assim como contribui de forma central para a sociabilização contemporânea (OLIVEIRA; MENDES, 2014), destacam-se possíveis conseqüências à saúde e mais especificamente à saúde mental daqueles que estão submetidos à condição de desemprego. Para Seligmann-Silva (2015), tal condição pode trazer repercussões tanto psicossociais, quanto psicopatológicas para os desempregados. Entre as conseqüências referidas estão: o desarranjo dos laços afetivos e sociais, a insegurança, o prejuízo na autoestima, os sentimentos de solidão e fracasso, o aumento no consumo ou dependência de entorpecentes, a depressão, a frustração, as tentativas de suicídio e os distúrbios mentais (PINHEIRO; MONTEIRO, 2007; BENDASSOLLI et al, 2015).

A questão do desemprego e sua relação com os agravos à saúde precisa ser melhor compreendida. Minayo-Gomez e Lacaz (2005, p.806) destacam a "urgência de conhecer, diferenciar e atender o setor informal e o mundo difuso e desprotegido dos desempregados". Apresentam entre os desafios e dificuldades a serem superados no campo da Saúde do Trabalhador a necessidade de abarcar tanto

nos seus estudos, quanto nas práticas os trabalhadores do setor informal e os desempregados.

Dada a urgência e importância desse tema, para esse estudo buscou-se conhecer como vem sendo tratada a relação entre desemprego e saúde mental na literatura acadêmica brasileira. Para tanto, fez-se uma revisão bibliográfica, tendo como norte o campo da Saúde do Trabalhador, destacando o tratamento dado a essa relação, através de uma análise das questões mais relevantes, das direções tomadas, das lacunas e das limitações no tratamento dessa questão.

AS TRANSFORMAÇÕES NO UNIVERSO LABORAL: CAPITALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, PRECARIZAÇÃO E DESEMPREGO

Atualmente, vivenciamos uma nova etapa do capitalismo, que pode ser chamada de capitalismo flexível ou de acumulação flexível (DRUCK, 2011). Esta fase caracteriza-se pela mundialização sem precedentes do capital, fundamentada num plano econômico e político de natureza neoliberal e materializada pela reestruturação produtiva e do trabalho.

A acumulação flexível, que tão bem caracteriza o capitalismo contemporâneo (DRUCK, 2011, p.42), surgiu como um novo modelo dominante para buscar superar o contexto de profunda e intensa crise estrutural iniciada no começo da década de 1970, momento esse em que se esgotou o padrão taylorista/fordista e a estratégia de dominação do capital encontrava-se deteriorada nas esferas política, ideológica, valorativa, social e econômica (ANTUNES, 2017).

Para Antunes (2009), a acumulação flexível está fundamentada em um modelo avançado de produção organizacional e tecnológico, efeito da inclusão de métodos de gerenciamento dos recursos humanos particulares da era da informação e da extensa incorporação dos computadores no processo produtivo. A utilização de uma estrutura mais horizontal e agregada entre as empresas, atrelada às novas formas de gestão, que exigem um “trabalho polivalente”, “multifuncional” e “qualificado” (grifo do autor), possui o objetivo único de reduzir o tempo de trabalho.

[...] trata-se de um processo de organização do trabalho, cuja finalidade essencial, real, é a da *intensificação das condições de exploração da força de trabalho*, reduzindo ou eliminando em muito tanto o *trabalho improdutivo*, que não cria *valor*, ou suas formas assemelhadas, especialmente as atividades de manutenção, acompanhamento, inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador *produtivo*. Reengenharia, *lean production*, *team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, fazem parte do ideário (e da prática) cotidiana da “fábrica moderna” (ANTUNES, 2009, p. 54, grifos do autor).

Antunes (2015) aponta que se de um lado verificou-se uma redução dos trabalhadores industriais e fabris, de outro, observou-se o crescimento do assalariamento no ramo de serviços, o aumento do subproletariado, manifesto na ampliação do trabalho parcial, precário, temporário e terceirizado,

bem como a absorção do contingente de mulheres e exclusão dos mais jovens e mais velhos. Tendo como pauta a flexibilidade e a precarização, outra forma de vida e de trabalho foi produzida pelas mudanças ocorridas nesse rompimento com o padrão fordista. O Estado passa a atuar de acordo com as exigências do capital, agindo em prol da desregulamentação dos mercados, gerindo os negócios da burguesia. Há uma supremacia do capital financeiro que extrapola as esferas econômicas adentrando também o campo social (DRUCK, 2011).

Nesse processo de reestruturação produtiva, base da acumulação flexível, os direitos do trabalho também são flexibilizados e desregulamentados para que o capital tenha ferramentas para se adequar a esse novo momento. Conquistas históricas são substituídas ou eliminadas.

De acordo com Antunes (2015), o ideário e os programas a serem executados pelos países capitalistas, primeiramente os do centro e posteriormente os países subordinados, foram inspirados pelo neoliberalismo, com a adoção da reestruturação produtiva, das privatizações, das políticas monetárias e fiscais, bem como de um Estado reduzido. Para o referido autor, essa expansão neoliberal e a reestruturação produtiva da fase de acumulação flexível produziram efeitos drásticos e destrutivos como a precarização do trabalho, a terceirização, a degradação das relações entre homem e natureza, assim como enormes índices de desemprego.

Constata-se então, que esse novo quadro do capitalismo transformou o mundo do trabalho e a classe trabalhadora, em que se tem na ampliação do desemprego estrutural seu resultado mais cruel (ANTUNES, 2015). Temos uma sociedade em que o desemprego e as formas precárias de trabalho e de vida estão presentes até mesmo nos países que possuíam um padrão elevado de desenvolvimento social e econômico (DRUCK, 2011).

A questão do desemprego, que sempre esteve presente no capitalismo, é cada vez mais significativa no contexto atual. Tornou-se uma questão estrutural e crônica, que traz problemas de cunho político, social e psicológico, e abandona o seu caráter conjuntural, assentando-se em definitivo na organização do mercado de trabalho (GONDIM et al, 2010). Araújo et al.(2006) consideram que o desemprego se apresenta como “[...] um dos efeitos socialmente mais nocivos das transformações pelas quais passa a “sociedade salarial” (p. 108). E nesse momento presente, marcado pela crise política, econômica e ética, há o risco de um aumento cada vez maior nos índices de desemprego e de precarização.

DESEMPREGO E SAÚDE MENTAL

O trabalho possui um papel relevante na organização da estrutura psíquica e nos processos formativos da identidade dos sujeitos, como também contribui de forma central para a sociabilização

contemporânea (OLIVEIRA; MENDES, 2014). Considerando a centralidade do trabalho na vida das pessoas, é imprescindível aprofundar os conhecimentos sobre os possíveis agravos à saúde, em especial à saúde mental daqueles que estão submetidos à condição de desemprego.

Conforme Seligmann-Silva (2011), tomando como únicos corpo e mente, concebendo a saúde geral e mental inseparáveis, pode-se falar

[...] que esse objeto é a inter-relação entre o trabalho e os processos saúde-doença cuja dinâmica se inscreve *mais marcadamente* nos fenômenos mentais, mesmo quando sua natureza seja eminentemente social. Uma precisão ainda maior exige que seja incluído nesse objeto não apenas o trabalho, mas também a *falta de trabalho* (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 40, grifos da autora).

Dessa forma, a autora enfatiza que fazem parte do mundo do trabalho e estão incluídos nas análises do campo os desempregados e os que estão em outra situação, como: vivendo de “bicos”, intermitência frequente, afastamentos prolongados por motivo de doença, etc. (SELIGMANN-SILVA, 2011).

A questão do desemprego coloca-se ainda de forma muito difusa. Torna-se crucial compreendê-la melhor, a fim de que se possam construir saídas efetivas em favor da promoção da saúde desses trabalhadores.

METODOLOGIA

Para conhecermos como a temática desemprego e saúde mental vem sendo tratada na produção científica brasileira, realizamos uma revisão bibliográfica do tipo narrativa. Buscou-se com isso identificar o tratamento dado a esta temática, analisando questões, direções, lacunas e limites.

Jones (2011) aponta que a revisão bibliográfica objetiva “[...] identificar, acessar e interpretar um conjunto de conhecimentos relativos a um tópico em particular [...]” (p. 27). A autora esclarece que a revisão bibliográfica é apropriada para ter acesso ao que se conhece e também ao que não se conhece em um determinado campo de conhecimento, mostrando como outros pesquisadores versaram sobre uma questão específica. Dessa forma, através do levantamento da literatura consegue-se analisar o conhecimento gerado a respeito de um assunto, como o proposto nesse trabalho.

A pesquisa teve um caráter qualitativo e exploratório. De acordo com Minayo (2002), interessam às pesquisas de abordagem qualitativa, conhecer aspectos de uma realidade que não se pode mensurar por meio de números, ao realizar uma investigação mais aprofundada dos fenômenos, processos e relações que não são quantificáveis. E exploratória, porque pretendeu tornar mais explícita a relação

estudada, proporcionando maior familiaridade com a questão examinada.

Para uma primeira aproximação com o que havia de produção sobre o tema, em outubro de 2016 fez-se uma busca no Portal Brasileiro de Informação Científica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Optou-se por não fazer um recorte temporal, de forma que a busca pudesse capturar o maior número de produções possíveis e com isso proporcionar uma visão ampla sobre o todo. Utilizou-se como descritores “desemprego” e “saúde” e um filtro para selecionar as publicações no idioma português, obtendo-se assim 156 registros. Com o intuito de encontrar referências mais específicas sobre o campo da saúde mental, fez-se então outras buscas com diferentes estratégias. Para os descritores “desemprego” e “psicologia”, foram encontrados 58 registros e para “desemprego” e “saúde mental”, 31 resultados. Entre os descritores, foi colocado o operador booleano “AND”. Ao total, foram encontrados 245 trabalhos nessa base.

Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: estudos científicos nacionais; textos completos e acessíveis na internet; presença dos vocábulos estabelecidos na estratégia de busca ou termos associados a eles no resumo; correspondência à temática desemprego e saúde mental. E como critérios de exclusão, adotou-se: trabalhos de outros países e em outros idiomas; indisponibilidade e/ou dificuldade no acesso aos textos completos; estudos restritos ao tratamento do tema desemprego, sem a presença da relação a que se desejou investigar.

Visando ao enriquecimento do estudo, ao final do mês de dezembro de 2016 foi feito um novo levantamento da literatura nacional. Dessa vez através da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), em que se empregou diferentes combinações de descritores e entre eles o operador booleano “AND”. As estratégias de busca utilizadas foram: “desemprego” e “saúde mental”, em que se encontrou 77 registros; “desempregados” e “saúde do trabalhador”, com 17 resultados; “desempregados” e “saúde mental” com 40 registros; “desemprego” e “sofrimento mental” e “desemprego” e “saúde do trabalhador” com respectivamente 35 e 76 resultados.

Como se pretendeu ampliar o olhar para tudo que vinha sendo produzido sobre a relação entre desemprego e saúde mental, nessa etapa também não foi realizado um recorte temporal. Dessa forma, foram encontrados 245 trabalhos datados de 1998 a 2016.

Procedeu-se também busca semelhante na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT). As estratégias de busca empregadas foram: “desemprego” e “saúde mental”, em que se encontrou 38 registros; “saúde do trabalhador” e “desemprego” com 69 resultados; “sofrimento mental” e “desemprego” com 18 registros, e “sofrimento psíquico” e “desemprego”, em que foram encontrados 13 resultados. Nessa base, encontrou-se ao todo 138 trabalhos.

Entendendo que mesmo usando diversas estratégias de busca, possivelmente, através desses procedimentos, alguns estudos não seriam capturados, foi realizada uma pesquisa a partir das referências bibliográficas utilizadas nos artigos considerados mais pertinentes ao tema pesquisado, encontrando-se dessa forma 42 trabalhos.

Ao final da seleção dos 670 trabalhos encontrados em todas as etapas, considerando os critérios de inclusão/exclusão e a retirada dos materiais repetidos, chegou-se a um total de 51 produções. Em relação ao tipo de publicação, estavam distribuídos da seguinte forma: 35 trabalhos em formato de artigo, uma monografia, 10 dissertações de Mestrado, 2 Teses de Doutorado, um capítulo de livro e 2 trabalhos apresentados em congresso. Foi realizada, então, a leitura integral desses trabalhos.

De acordo com o conteúdo, essas publicações foram organizadas e classificadas e a partir daí definiram-se categorias. Para Minayo (2002), trabalhar com categorias corresponde à realização de uma compilação de dados, ideias, princípios ou termos ao redor de uma concepção que os englobe.

Construiu-se, então, as seguintes categorias: Enfoque na Saúde Mental; Estratégias de enfrentamento e sobrevivência; Aspectos sociais do desemprego; e Estratégias de intervenção e Políticas Públicas. Pela complexidade e abrangência das abordagens, alguns trabalhos puderam se encaixar em mais de uma categoria temática. Os dados produzidos através da leitura foram sistematizados em uma planilha eletrônica, listando-se as principais questões abordadas em cada texto. Posteriormente, procedeu-se à análise dos materiais produzidos para cada categoria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Possivelmente devido às estratégias de busca adotadas, o maior número de publicações (35) abordou o tema do desemprego relacionado à saúde mental especificamente, verificando-se uma prevalência desse assunto. Logo depois, observaram-se as publicações que versaram sobre as estratégias de enfrentamento (20), seguidos pelos trabalhos que trataram dos aspectos sociais do desemprego (19), das estratégias de intervenção e das políticas públicas (13). Muitas publicações abordaram mais de uma questão, o que mostra a complexidade e abrangência do tema e, por essa razão, algumas puderam se encaixar em mais de uma categoria.

A seguir, serão apresentados os pontos mais significativos dos trabalhos analisados dentro de cada categoria.

Enfoque na Saúde Mental

Os conteúdos classificados nessa categoria relacionam o fenômeno do desemprego a aspectos da saúde mental. Observou-se a investigação de uma série de temas concernentes ao desgaste mental

(SELIGMANN-SILVA, 2015; FRANCO, DRUCK, SELIGMANN-SILVA, 2010) e suas manifestações, como o sofrimento psíquico e sua vivência (TERRA et al., 2006; OLIVEIRA E MENDES, 2014; SILVA, 2006; SILVA E MARCOLAN, 2015; ABS E MONTEIRO, 2010; SATO E SCHMIDT, 2004; WICKERT, 1999), o bem estar psicológico (FIDELIS, 2016; ARGOLO E ARAÚJO, 2004), o medo do desemprego (CASTELHANO, 2005), os impactos psicológicos, os efeitos deletérios, os transtornos mentais e as repercussões na subjetividade, todos esses compreendidos em uma série de publicações.

A maior parte dos trabalhos aqui categorizados aponta sentimentos e vivências de sofrimento relativos à situação de desemprego, apresentando os impactos na saúde mental e, conseqüentemente, física dos sujeitos. Apesar de alguns trabalhos não estarem incluídos nesta categoria especificamente, muitos também trouxeram em algum momento essa temática. Observou-se que a maioria recorreu ao método da entrevista para melhor compreensão do que se passava com os trabalhadores, baseando-se nos seus discursos e suas percepções.

Sobre os sentimentos que afetam o trabalhador desempregado, tem-se elencado predominantemente: o medo, a insegurança, a baixa autoestima, o desespero, a falta de esperança, a tristeza, a inutilidade, o desamparo, a desorientação, a revolta, a frustração, a decepção, o fracasso, a impotência, o desânimo, a dependência, a angústia, a desvalorização, a improdutividade, a incapacidade, a culpa, a vergonha e a humilhação.

As publicações, de uma maneira geral, indicaram um grande sofrimento vivenciado pelos desempregados, em que apareceram dificuldades até mesmo na expressão de suas experiências, em que o choro se constituiu em uma situação recorrente. Além disso, foram declarados alguns sintomas, como ansiedade, estresse, dor de cabeça, humor reduzido, distúrbios no sono, problemas com alimentação e fadiga, por exemplo. A violência também foi um dado bastante relatado pelos trabalhos analisados.

Percebeu-se que foram apontados sentimentos explicitados pelos sujeitos com conotação negativa em sua grande maioria, indicando o quanto o desemprego é vivenciado e visto de forma desagradável pelas pessoas, bem como o quanto o sofrimento é vivido de forma mais intensa e frequente pelos desempregados. A título de exemplo, Oliveira e Mendes (2014), ao pesquisarem as vivências de sofrimento segundo a abordagem da Psicodinâmica do trabalho, verificaram que aqueles que estão sem trabalho experimentam mais sofrimento patológico do que sofrimento criativo.

Entretanto, houve também publicações que contemplaram possíveis aspectos positivos advindos do desemprego. Pinheiro (2008), por exemplo, ao analisar a saúde mental de trabalhadores desempregados com ensino superior, elencou algumas categorias a partir dos relatos dos indivíduos

envolvidos na pesquisa, e entre elas estava presente a das vivências positivas do desemprego. A autora verifica que as consequências da perda do emprego na vida de alguns sujeitos promoveram um efeito benéfico na saúde mental, como uma convivência maior com a família e o amadurecimento pessoal.

Terra et al (2006) trazem à discussão uma questão essencial e pouco abordada nas publicações de uma forma geral, que é a repressão do discurso sobre o desemprego. O estudo expõe que o caráter singular dos discursos reprimidos das pessoas torna o desemprego um estigma, algo que deve ficar oculto e não pode ser falado, nem mesmo para os mais próximos. A partir disso, os autores declararam haver uma negação da experiência dos desempregados, formando zonas de silenciamento e estranhamento de sua história tanto pessoal, quanto social. Logo, afirmam que “[...] não há construção social de uma linguagem própria do desempregado” (TERRA et al., 2006, p. 49).

Determinados estudos discutiram o desgaste mental associado ao desemprego, analisando as mudanças no mundo do trabalho e suas consequências. Seligmann-Silva (2015), por exemplo, aponta que a ausência de um emprego ou a percepção de que se pode perdê-lo pode representar uma ameaça à saúde mental, e que o desgaste mental pode se intensificar quanto maior for o tempo de desemprego. Além disso, salienta que a precariedade dos vínculos contratuais acentua o desgaste mental devido ao fato de gerarem um sentimento de ansiedade duradouro.

Os estudos que trataram do bem-estar psicológico inferem que há uma deterioração do mesmo em virtude do desemprego. Em especial, temos o artigo de Argolo e Araújo (2004) que confirma essa hipótese através de sua pesquisa realizada com uma amostra de empregados e desempregados. Seu resultado mostra uma degradação do bem-estar psíquico maior entre aqueles que estão fora do mercado de trabalho.

Nessa categoria também foram encontrados dois estudos que se debruçaram sobre os traços pessoais dos que vivenciam o desemprego. Os trabalhos tiveram o propósito de correlacionar a saúde mental e o bem-estar psicológico com um atributo individual daqueles que estão sem trabalho, incluindo nesse grupo a autoeficácia e as habilidades sociais.

No primeiro estudo, Campos (2011) procurou pesquisar, em uma amostra de desempregados de uma determinada cidade, se existe uma relação entre a autoeficácia e a saúde mental. Os resultados apontaram para uma relação inversamente proporcional entre os fatores analisados, em que quanto maior for a crença de autoeficácia referente ao desemprego, menor será a probabilidade de danos à saúde mental.

O outro trabalho teve por objetivo avaliar o nexos entre as habilidades sociais e o bem-estar

psicológico, especificamente em jovens desempregados. Guiland e Monteiro (2010) acharam uma correlação significativa entre os elementos estudados, mostrando que o nível de saúde será mais alto quanto maior for o nível de habilidades sociais entre os jovens sem emprego. Isso sugere que ter um bom índice de habilidades sociais pode atenuar as consequências negativas do desemprego e proporcionar saúde.

Outro ponto de destaque presente em alguns estudos diz respeito ao medo do desemprego. Sobre esse tema, os trabalhos apontaram para um clima de medo, insegurança e instabilidade em relação à manutenção do emprego diante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, com suas novas exigências, os vínculos de trabalho precários, novas formas de controle das gerências, o estímulo à competição e ao individualismo. Esses fatores geram tensão e denotam vivências de perseguição e ameaças, denominada de ansiedade persecutória, que pode ser agravada pelas chamadas avaliações de desempenho (SELIGMANN-SILVA, 2015). Especialmente sobre esse tema, Castelhana (2005) enfatiza que o maior medo de quem está empregado é a demissão, ou seja, a perda de seu emprego, e que este medo o torna mais suscetível ao controle e à dominação.

Os estudos que abordaram o medo do desemprego possuem grande relevância, já que analisaram uma questão importante que a cada dia afeta mais a vida dos trabalhadores. Os trabalhos ressaltaram que esse temor pela perda do emprego aumenta o sofrimento quando o indivíduo adoecido esconde seu sintoma ou não procura tratamento, realiza trabalhos que não fazem parte das suas atribuições, se submete a processos de trabalho precários, intensos e extensos, a metas inalcançáveis, entre outros aspectos inerentes à gestão pelo medo. Isto mostra o quanto o desemprego afeta a todos os sujeitos, os que estão fora do mercado e os que ainda estão dentro.

É significativo notar que poucas publicações referem-se ao campo da Saúde do Trabalhador ao versar a respeito do desemprego e da saúde mental. Dentre elas, tem-se a de Vizzaccaro-Amaral (2011), que objetivou confrontar o desemprego com a crise estrutural do capital, realizando uma análise dos seus efeitos na subjetividade e na saúde do trabalhador. Já Sato e Bernardo (2005) procuraram discutir os problemas de saúde mental e trabalho identificados na década de 1980 e que ainda hoje persistem, tendo também como objeto de estudo a Saúde Mental e Trabalho como uma subárea do campo da Saúde do Trabalhador.

Estratégias de enfrentamento e sobrevivência

Nesta parte, foram relacionados os trabalhos que trataram dos recursos utilizados pelos indivíduos para enfrentar e lidar com a situação de desemprego, tanto em relação aos aspectos psíquicos, quanto aos econômicos. Muitas publicações, mesmo não tendo como objetivo principal abordar esse tema, acabaram por mencioná-lo em algum momento no estudo. Outras já versaram

especificamente a respeito do assunto, procurando identificar as ações executadas pelos sujeitos para livrar-se desse quadro de não trabalho ou reduzir seus efeitos.

Os documentos trataram o assunto a partir de diferentes expressões, como *coping*, estratégias de enfrentamento, estratégias de sobrevivência, estratégias de recolocação, enfrentamento do sofrimento psíquico, estratégias objetivas e subjetivas, ou também estratégias caracterizadas como defensivas. Também foram abordados diferentes ângulos, com alguns trabalhos dedicados à análise de táticas individuais e ou coletivas, com a predominância da primeira em relação à segunda.

As formas de se enfrentar o desemprego, descritas nas publicações como estratégias de sobrevivência foram: maneiras diversas de se inserir no mercado de trabalho, como em serviços que não condizem com a área de atuação específica; realização de trabalhos informais e autônomos; ajuda assistencial e de igrejas; colaboração das pessoas mais próximas; venda de pertences e posses; uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; auxílio do Estado, como no caso do seguro-desemprego; mudança de domicílio; esmolar e mendigar; além da coleta de alimentos em feiras.

Sobre as formas de recolocação profissional, os estudos relacionaram a busca ininterrupta por emprego em diversos locais, como serviços públicos de recrutamento ou agências de emprego; preenchimento de formulários e entrega de currículos em empresas; procura em jornais e, em alguns casos, internet. Além disso, a realização de cursos de requalificação profissional e o estudo para concursos também foram mencionados.

Frisou-se que atualmente os indivíduos precisam recorrer a várias estratégias para elevar as suas possibilidades de reinserção. Foi levantado o fato de os sujeitos procurarem trabalho durante dias como uma forma de ocupação do tempo, assim como para demonstrarem que estão se movimentando e não se encontram acomodados.

Sobre este fato, Oliveira e Mendes (2014) revelam que os participantes de sua pesquisa procuravam executar quantas tarefas fossem possíveis como forma de redução e negação do sofrimento. Essas atividades excessivas seriam uma maneira de o indivíduo continuar produtivo, apontam as autoras, como também “[...] podem proteger o sujeito de sua própria angústia gerada pela ausência de emprego, ou também podem servir como uma forma de negação de sua situação” (OLIVEIRA; MENDES, 2014, p.397).

Foi preponderante nas investigações a ideia de que as redes de relações interpessoais se constituem como uma das principais estratégias tanto de sobrevivência, quanto de reinserção no mercado. Os trabalhos analisados indicaram que essas redes de apoio, de solidariedade ou sociabilidade possuem papéis consideráveis quando há uma colaboração entre as pessoas, no que diz respeito, ao auxílio

econômico ou às indicações de emprego.

Algumas publicações utilizaram o termo *coping* ao se referirem às estratégias de enfrentamento, como no caso de Silva (2012), que relacionou desemprego, *coping* e bem-estar subjetivo. O artigo de Bendassolli et al. (2015) também fez uso desse termo. Porém, sua proposta foi realizar uma descrição do processo de enfrentamento, dividindo-o em dimensão objetiva, em que estão incluídas as estratégias de sobrevivência e de reinserção e a dimensão subjetiva em que os autores situaram o *coping*. Para as estratégias de *coping*, a pesquisa constatou que foram predominantes a religiosidade e o planejamento.

Percebeu-se que a religião foi um ângulo também discutido em determinadas investigações. Como apontado acima, Bendassolli et al. (2015) certificam-se que a religiosidade corresponde a uma das estratégias de enfrentamento do desemprego, que correlacionada a outros fatores pesquisados “[...] tanto pode permear a reinterpretção positiva do desemprego quanto, paradoxalmente, levar a atitudes de negação” (BENDASSOLLI, 2015, p. 358).

Uma análise pertinente realizada por algumas pesquisas diz respeito à predominância das estratégias individualizadas de enfrentamento da situação de desemprego em detrimento das coletivas. Os artigos mencionaram que o enfrentamento se apoia muitas vezes em atos individuais, subjetivos, emergenciais e paliativos. Como exemplo de estratégias coletivas, Chahad e Chahad (2005) apontam a participação em associações.

Dentre as publicações, chama a atenção o artigo de Goulart (2003) que focalizou a estratégia coletiva, a partir de uma pesquisa feita com o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). A autora procurou “[...] conhecer as articulações psicossociais entre o engajamento no movimento social e a possibilidade de superar o desemprego” (*ibidem*, p. 137). Revelou que esse movimento é concebido como um lugar de expressão para o desempregado e que a participação na proposta coletiva está ligada a um programa de reforma urbana dos desempregados, sendo este um grande desafio aos que integram a comunidade.

Importante destacar também o estudo de Sant’Anna (2000) que traz o campo da Saúde do Trabalhador para a discussão. O trabalho procurou entender as consequências do fechamento de um estaleiro para os trabalhadores, “[...] na expectativa de conhecer suas estratégias de enfrentamento do desemprego e refletir sobre o modo como as ações de Saúde do Trabalhador podem contribuir no desenvolvimento dessas estratégias” (*ibidem*, p. 82). A autora salientou as estratégias de resistência e ação coletiva, com a manutenção da atividade sindical e a formação da comissão de desempregados, com a atuação junto ao poder público e aos movimentos sociais da região, apesar das diferenças entre eles.

Aspectos sociais do desemprego

Nessa categoria foram elencadas as publicações que trataram das questões sociais relacionadas ao desemprego, como suporte social, relações sociais, exclusão social, aspectos econômicos, mercado de trabalho, qualificação, empregabilidade, informalidade, trajetórias, valores sociais e representações sociais. Verificou-se que, de um modo geral, os trabalhos objetivaram refletir sobre esses pontos e analisar as suas repercussões na vida dos indivíduos, correlacionando as particularidades do contexto social ao desemprego.

Algumas pesquisas, como as de Tumolo e Tumolo (2004) e Pereira (2006), exploraram tais questões e buscaram entender, através da perspectiva dos próprios sujeitos, como as mudanças no mundo do trabalho, o desemprego e os efeitos do mesmo são vistos, percebidos e vivenciados por eles. Já Coutinho (2003) buscou traçar um perfil dos trabalhadores em situação de desemprego de determinadas regiões, apresentando dados sobre características como sexo, faixa etária, estado civil, grau de escolaridade, etnia, renda, região de origem, tempo de desemprego e motivo da demissão.

No que concerne ao apoio às relações e ao suporte social, alguns estudos revelaram que um caráter importante reside na maneira como os sujeitos encaram e respondem ao desemprego. Destacam que o suporte familiar e social pode ajudar as pessoas a lidarem melhor com o sofrimento e as sobrecargas psíquicas advindas da condição de desempregados. Além do apoio afetivo, também é considerado nesse aspecto o apoio material/financeiro.

De acordo com as investigações, tal qual as de Reinert (2001), Okino e Cavalcante (2010) e Tumolo e Tumolo (2004), a família possui um papel central e expressivo para aquele que está sem trabalho. Contudo, observou-se que ocorrem mudanças referentes aos papéis exercidos pelos membros, o que pode gerar conflitos e desagregação. O tempo de desemprego também é um fator assinalado, já que pode interferir na relação do indivíduo com sua família.

As dificuldades nas relações e a exclusão são pontos muito abordados pelas publicações, quando se trata dos efeitos sociais do desemprego na vida das pessoas. De uma forma geral, os trabalhos indicam que o desemprego é visto como um acontecimento traumático que provoca um sentimento de exclusão social. Tal sensação de isolamento e solidão é uma ameaça à identidade do sujeito e um forte golpe em sua dignidade (OKINO; CAVALCANTE, 2010). Um dos motivos destacados para a exclusão refere-se aos problemas financeiros ocasionados pela ausência da ocupação. A necessidade em economizar nas despesas faz com que as pessoas tornem os encontros sociais cada vez mais raros, impedindo a convivência frequente e aumentando o distanciamento e a dificuldade nos relacionamentos pessoais. Outro fator considerado é o isolamento pela vergonha e constrangimento por estar sem emprego. Ademais, é exposto que as diferenças sociais presentes em nosso país

colaboram para intensificação da exclusão social e da pobreza, o que também impede os sujeitos de desfrutarem das relações sociais.

Rodrigues et al. (2010) *apud* Okino e Cavalcante (2010) ressaltam que a pobreza e a exclusão são reforçadas mutuamente nas sociedades modernas ocidentais. Estar excluído do mercado de trabalho acarreta pobreza, dificultando a possibilidade de acesso a serviços essenciais à sociedade, como moradia e saúde, por exemplo. Essa exclusão afeta a identidade dos sujeitos, pois um excluído se constitui naquele que não é capaz de “[...] configurar uma identidade (social) no trabalho, na família ou na comunidade. Torna-se um excluído das relações sociais e do mundo das representações a ela associadas” (OKINO; CAVALCANTE, 2010, p.13).

Nas pesquisas em que se pretendeu conhecer como o trabalhador percebe o desemprego (OKINO; CAVALCANTE, 2010; Pereira; Brito, 2006; SILVA, 2006), a exclusão social foi interpretada como um aprisionamento, em que os sujeitos se veem como não possuidores de um lugar social, impedidos de exercerem sua cidadania. Destaca-se também que o comportamento de afastamento social pode acentuar problemas, como a violência, o uso de álcool e entorpecentes, e também o suicídio.

A discriminação e o preconceito contra o desempregado, em virtude dos estereótipos construídos socialmente em torno do mesmo, foram citados como aspectos que isolam ainda mais o indivíduo do convívio social. Em síntese, os trabalhos que mencionaram o sofrimento social ocasionado pelo desemprego citaram os relatos das pessoas nessa situação que incluem problemas quanto à formação de novas amizades, afastamento e esquiva mútua dos antigos colegas de trabalho assim como dos amigos, desagregação da família e perda da confiança, e até mesmo a redução da relação estabelecida com o sindicato.

As dificuldades econômicas foram evidenciadas nas pesquisas, principalmente através dos relatos dos desempregados, que as enfrentam como um problema decorrente da ausência de emprego. Verificaram a diminuição no padrão de consumo, a perda do poder de deliberação e direção da própria vida, a dependência de terceiros e a dificuldade no planejamento do futuro, já que os investimentos que poderiam ser realizados nos aspectos profissional e material ficaram prejudicados. Mencionaram um sofrimento traduzido pelo medo em relação ao futuro, devido à carência de segurança financeira.

Determinados estudos discutiram a questão do desemprego que vem atingindo todos os níveis de escolaridade. Dois em especial avaliaram a saúde mental de desempregados com nível superior, que foi o caso de Silva e Marcolan (2015) e Pinheiro (2008). Ambos apontam que atualmente um diploma universitário não garante uma colocação no mercado de trabalho por causa da eliminação de postos e ampliação do desemprego, ocasionada pelas mudanças no universo laboral.

Referente a essa discussão tem-se ainda a questão da empregabilidade e da qualificação. Observa-se uma tendência de atribuir a culpa do desemprego aos indivíduos por sua falta de estudo. Muitos trabalhos abordaram este assunto, como o de Neves (2006), Tumolo e Tumolo (2004), Ackermann et al. (2005), Pereira e Brito (2006) e Azevedo et al. (1998). Tais pesquisas analisaram percepções, principais vivências e como os desempregados enfrentam essa situação através da visão dos próprios e constataram que os indivíduos consideram que a causa de seu desemprego está na sua baixa escolaridade e qualificação profissional. Nota-se no discurso dos sujeitos dessas pesquisas uma preocupação quanto aos requisitos para se manter a empregabilidade, pois é difícil o acesso à qualificação. O desemprego é visto como um evento que estimula o movimento para a qualificação e esta também é considerada uma obrigação. Um ponto importante a ser frisado é que os trabalhos de uma forma geral realizam uma crítica a esse discurso individualizante propagado pela sociedade, para o qual a questão do desemprego está relacionada à qualificação ou a falta dela e à capacidade de empregabilidade do indivíduo.

No que tange à informalidade, são realizadas algumas considerações como na publicação de Matsuo (2009), que apresentou a análise de como os trabalhadores entram e permanecem no mercado informal e também das questões que envolvem a precarização e suas repercussões na saúde, vida e trabalho dos indivíduos. Esse estudo realizou uma crítica às diversas formas de trabalho informal e às concepções que se apresentam como alternativa ao desemprego, como o empreendedorismo, cooperativismo e a autonomia, considerando-os como uma forma de mascarar o traço de subordinação que possui o trabalho informal em relação à economia e ao processo de acumulação de capital. O caráter desprotegido da informalidade é visto como uma ofensa à cidadania social, em que o trabalhador informal não é mais percebido como um indivíduo com direitos (*ibidem*).

Estratégias de intervenção e Políticas Públicas

Nesta categoria foram colocados os trabalhos que versaram sobre métodos e práticas de intervenção à população desempregada, bem como sobre as possibilidades de criação e implantação de políticas públicas de combate ao desemprego e seus impactos. Mesmo que os objetivos dos trabalhos não tenham sido direcionados para tratar de estratégias de intervenção e formação de políticas públicas, alguns abordaram em suas conclusões esse âmbito.

Algumas publicações refletiram sobre a questão e apenas sugeriram a precisão de mais estudos que subsidiem políticas e formas de enfrentamento do problema, não oferecendo propostas concretas, nem ideias novas a respeito. A maioria dos estudos tratou das atuações e contribuições do campo da Psicologia, no qual se discutiu experiências e projetos já realizados, e também propostas de ações em relação ao desemprego, seja sobre clínica psicológica, programas psicossociais ou atividades

políticas. Alguns discutiram as dificuldades e dilemas da realização dessas iniciativas.

Quanto às propostas de apoio e atendimento ao sujeito que vive a situação de desemprego, a psicoterapia foi a mais expressa, estando a psicanálise presente em duas publicações: a de Mandelbaum (2004), que objetivou organizar, em uma instituição pública de saúde, um serviço de atendimento clínico com pessoas desempregadas e sua família, numa perspectiva psicanalítica; e a de Schmidt (2004), que analisou concepções da clínica winnicottiana, pensando um espaço terapêutico que proporcionasse refúgio e amparo para os que vivem as dificuldades consequentes das situações de trabalho e desemprego.

Já o artigo de Sato e Schmidt (2004) discutiu o aporte e os limites da clínica psicológica no enfrentamento do sofrimento psíquico, expondo os desdobramentos conceituais e experimentais de uma junção favorável da prática da psicologia do trabalho com a psicologia clínica. As autoras consideram que a atenção psicoterápica é somente uma parte da luta contra as atribuições geradas pelo desemprego, e que a articulação entre essas duas áreas da Psicologia pode trazer conhecimentos que contribuam para a construção de políticas públicas.

Na mesma direção, seguem Monteiro et al. (2008), refletindo sobre o atendimento psicológico a desempregados, bem como realizando uma articulação entre psicologia clínica e psicologia do trabalho, também considerando favorável a complementação dessas áreas. Os autores destacaram que a clínica psicológica pode ser um meio para que se desenvolvam estratégias para enfrentar o sofrimento psíquico e para a reorganização na vida dos que participam do processo.

As investigações que trataram da psicoterapia a consideraram um possível espaço de acolhimento e suporte para os desempregados. Também sugeriram uma melhor preparação para os que atendem a essa demanda, considerando que perceberam que as queixas sobre trabalho e desemprego ficavam em segundo plano e a relevância do seu conteúdo não era bem compreendida na clínica psicológica (SCHMIDT, 2004).

Os trabalhos ressaltaram contribuições da Psicologia para as questões que envolvem o desemprego. São citadas as seguintes colaborações: oferecimento de representações contra hegemônicas do trabalho - para ressignificá-lo e ser uma ferramenta de acesso e crítica a conteúdos do imaginário social; auxílio ao indivíduo quanto aos questionamentos a si mesmo e ao mundo em que vive; geração de microespaços coletivos e implantação de práticas psicológicas em redes de apoio que possam se formar ao redor dos sujeitos; e criação de um lugar onde se possa dividir as experiências, tanto individualmente, quanto em grupo (SATO; SCHMIDT, 2004; CHAHAD; CHAHAD, 2005; RIBEIRO, 2009; SCHMIDT, 2004; FARINA; NEVES, 2007).

Dois artigos trataram de projetos realizados com grupos de trabalhadores desempregados. O primeiro é o artigo de Araújo et al. (2006) que apresentou a experiência de um programa chamado “Apoio psicológico ao trabalhador em situação de desemprego”, parte de um projeto-piloto maior criado pelo Conselho Federal de Psicologia, o “Banco Social de Serviços em Psicologia”. Foram realizados encontros com grupos de pessoas sem emprego em que se discutiam as questões relacionadas à vivência do desemprego e as formas de enfrentá-lo.

Ao final de seu texto, Araújo et al. (2006) listaram questões que podem servir de base para propostas de inclusão da Psicologia nas políticas públicas, como por exemplo, a institucionalização das reuniões e de atendimentos socioterapêuticos individuais e grupais através do Sistema Único de Saúde para os que necessitarem; palestras para orientação dos trabalhadores; inserção do profissional psicólogo no quadro das agências públicas de emprego; entre outros pontos relacionados ao trabalho, ao emprego e à renda.

O segundo artigo é o de Farina e Neves (2007), que também apresentaram um projeto-piloto direcionado a pessoas sem emprego e realizado em grupo. A finalidade deste projeto foi estabelecer um local onde os sujeitos pudessem se encontrar, trocar experiências e refletir sobre o desemprego para “(...) ampliar as discussões sobre trabalho, desemprego, geração de renda e incentivar a formação de redes sociais, como elementos importantes de suporte social junto a essas pessoas” (*ibidem*, p. 24). As autoras destacaram a importância de se articular programas, como o citado, com outras redes de apoio social que se propõem desenvolver formas de enfrentamento, para que as práticas realizadas não sejam isoladas ou pouco eficientes. Além disso, afirmaram a importância de se considerar o percurso de trabalho e de vida dos desempregados, bem como seus conhecimentos gerados através das experiências diárias.

Seligmann-Silva (2015) conclui no que tange à formulação de políticas públicas e iniciativas da sociedade organizada que possam combater os problemas do desemprego, que é fundamental a criação de ações que assegurem, mantenham e fortaleçam pertencimentos, ou seja, “[...] assegurar vínculos essenciais à inserção social, em especial para os que já perderam seus empregos, mas também para os demais” (*ibidem*, p 105).

O trabalho de Reinert (2001) apresentou outros elementos quando discutiu as dificuldades que se encontram na elaboração e implantação de políticas com vistas à redução dos problemas advindos da condição de desemprego. Como dificuldades, o autor apontou a questão política, a questão metodológica de contabilização do desemprego, a ideologia neoliberal e a incompetência e descaso dos setores públicos e privados no tocante ao desemprego. Além disso, considerou que a falta de consenso sobre as definições, as causas e a dimensão de seus efeitos também dificultam a

formulação e implementação de políticas de combate ao desemprego.

As publicações, de uma maneira geral, concluíram que a atuação interdisciplinar é importante para as intervenções e formulações de ações para o enfrentamento do desemprego. Outro aspecto destacado foi a importância da escuta para os que estão sem emprego, que foi evidenciada em diversos trabalhos. Essa necessidade de escuta dos sujeitos expõe a precisão da criação de mais espaços de acolhimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações no universo laboral, representadas principalmente pela expansão neoliberal e pela reestruturação produtiva da fase de acumulação flexível do capitalismo, geraram consequências graves e devastadoras como a precarização estrutural do trabalho, as terceirizações, a deterioração do relacionamento entre homem e natureza, e notadamente a ampliação nos níveis de desemprego.

O desemprego, que vem crescendo em grandes proporções no Brasil e no mundo, torna-se progressivamente um problema crítico. Visto que as mudanças que ocorreram e ainda estão em curso interferem nas relações sociais e na saúde dos sujeitos, sobretudo na saúde mental, e diante desse panorama em que as taxas de desemprego aumentam exponencialmente, o objetivo do presente estudo foi investigar como a relação entre saúde mental e desemprego vem sendo tratada pela literatura científica brasileira.

Percebeu-se uma tendência a se tratar o tema da perspectiva dos indivíduos em sofrimento, com a análise de sentimentos e vivências relativos à situação de desemprego, evidenciando seus impactos na saúde mental. As estratégias de sobrevivência e recolocação também foram muito abordadas, especialmente as de cunho individual, sendo as coletivas pouco evidenciadas. Pode-se refletir, a partir disso, sobre a possibilidade e necessidade de luta coletiva frente a esse fenômeno.

De maneira geral, foram realizadas críticas à individualização dos que estão sem trabalho, tendo as pesquisas apontado e condenado essa maneira de considerar o desemprego. Os problemas individuais relacionados ao desemprego foram muito enfatizados, assim como os pontos negativos de se estar sem trabalho, em detrimento aos aspectos positivos.

O campo da Psicologia teve uma maior representatividade, com um número grande de estudos realizados. Destaca-se a multiplicidade de disciplinas examinando o desemprego, o que nos mostra a importância da interdisciplinaridade nas investigações desse evento que, na maior parte das vezes, é visto apenas a partir de um viés socioeconômico.

A construção de formas de inserção social para os desempregados foi uma preocupação, sempre

levando em conta a participação dos mesmos, seu saber e sua vivência. No tocante a essa questão, verificou-se um grande número de entrevistas realizadas, buscando conhecer o fenômeno pela visão do próprio desempregado. A utilização de instrumentos e escalas para avaliar o sofrimento ou para analisar aspectos específicos foi frequente nas investigações.

Muitas pesquisas foram desenvolvidas atentando-se aos aspectos regionais e culturais, demonstrando a importância dessas diferenças na análise do problema e na formulação de propostas para se combater o desemprego. Além disso, algumas chamam a atenção para o estudo do desemprego a partir de parcela específica da classe trabalhadora, como das mulheres, dos negros, jovens, etc.

Não foram encontradas muitas publicações que correlacionam o desemprego e a saúde mental de maneira aprofundada no campo da Saúde do Trabalhador, tendo um pequeno número de pesquisas relacionadas. Nota-se a partir disso que o campo precisa superar o desafio que é incorporar os trabalhadores desempregados e os que estão na informalidade em seus estudos e também em suas práticas.

A relevância desse estudo se encontrou na investigação e no conhecimento sobre o que vem sendo produzido cientificamente no Brasil, assim como na construção de um debate sobre a existência de uma relação entre desemprego e saúde mental, objetivando a proposição de estratégias de prevenção dos possíveis efeitos danosos à saúde mental dos trabalhadores.

Sugere-se que a questão do desemprego deva ser tratada, antes de tudo, a partir da ótica da promoção da saúde. Atuar com os que já estão desempregados individualmente e coletivamente, dando voz ao sofrimento e buscando alternativas para combater os problemas decorrentes desse fenômeno e compreendendo também na sua atuação os que ainda estão no mercado de trabalho.

A inclusão da questão do desemprego nas pautas das políticas públicas de saúde é preconizada, visto ser pouco evidenciada e tratada num ponto de vista individual, quando o problema já está instalado, ou também considerada apenas pelo viés da recolocação no mercado. Há a necessidade de mais estudos acerca do tema e do desenvolvimento de um maior número de programas e políticas públicas voltadas aos desempregados, numa perspectiva da saúde e não de doença.

REFERÊNCIAS

ABS, Daniel; MONTEIRO, Janine Kieling. Práticas da psicologia clínica em face do sofrimento psíquico causado pelo desemprego contemporâneo. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.15, n.2, p.419-426, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722010000200021>. Acesso em: 21 dez. 2016.

ACKERMANN, K. et al. O desemprego do tempo: narrativas de trabalhadores desempregados em diferentes ambientes sociais. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v.8, p. 1-27, dez.2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25872/27604>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009. 287 p.

_____. *Adeus ao trabalho?*: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015. 288 p.

_____. A devastação do trabalho na contrarrevolução de Temer. In: DIPLOMATIQUE. *Destruição completa do que resta de direitos*. 2017. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/a-devastacao-do-trabalho-na-contrarrevolucao-de-temer/>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

ARAÚJO, J. N. G. D. et al. Trabalhadores em situação de desemprego: uma experiência de apoio psicológico. *Mental*, Barbacena, v. 4, n. 7, p. 107-125, nov. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272006000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ARGOLO, João Carlos Tenório; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte. O Impacto do Desemprego sobre o Bem-Estar Psicológico dos Trabalhadores da Cidade de Natal. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p.161-182, out./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552004000400009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 nov. 2016.

AZEVEDO, J. T. D. et al. As estratégias de sobrevivência e de busca de emprego adotadas pelos desempregados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 1, n. 1, p.15-42, abr. 1998. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25697>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

BENDASSOLLI, P. F. et al. Estratégias Utilizadas pelos Trabalhadores para Enfrentar o Desemprego. *Revista Colombiana de Psicologia*, Colômbia, v. 24, n. 2, p. 347-362, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://pesquisa.bvs.br/brasil/resource/pt/lil-766932>>. Acesso em: 16 out. 2016.

CAMPOS, Daniela Cristina. *Autoeficácia e saúde mental em trabalhadores desempregados*. 2011. 69 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2062>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

CASTELHANO, Laura Marques. O medo do desemprego e a(s) nova(s) organizações de trabalho. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 14-20, abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2016.

CHAHAD, Carolina; CHAHAD, José Paulo Zeetano. Os impactos psicológicos do desemprego e suas consequências sobre mercado de trabalho. *Revista da ABET*, [S.L], v. 5, n.1, jan./jun.2005. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15693>>. Acesso em: 17 out. 2016.

COUTINHO, Maria Chalfin. Perfil de trabalhadores desempregados da grande Florianópolis. In: *XX Congresso Brasileiro de Sociologia*, 2003, Campinas. Anais. Campinas: UNICAMP, Campinas 2003. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=81&Itemid=170>. Acesso em: 15 out. 2016.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, Salvador, v.24, n. Spe1, p.37-57, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2017.

FARINA, Anete Souza; NEVES, Tatiana Freitas Stockler Das. Formas de lidar com o desemprego: possibilidades e limites de um projeto de atuação em psicologia social do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 21-36, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25807>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

FIDELIS, Ariana. *Significado do trabalho e o bem-estar psicológico: um estudo com desempregados*. 2016. 242 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3514>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200006>. Acesso em: 16 out. 2016.

GONDIM, S. M. G. et al. Atribuições de causas ao desemprego e valores pessoais. *Estudos de Psicologia*, [S.L], v. 15, n. 3, p. 309-317, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2010000300011>. Acesso em 13 out. 2016.

GOULART, Patrícia Martins. Sem medo do desemprego: O caso do movimento dos trabalhadores desempregados. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 137-160, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 19 jan. 2017.

GUILLAND, Romilda; MONTEIRO, Janine Kieling. Jovem em situação de desemprego: habilidades sociais e bem-estar psicológico. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 12, n.3, p.149-163, dez.2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000300012>. Acesso em: 04 jan. 2017.

Judith. (Org.). *Pesquisa em saúde: métodos qualitativos, quantitativos e mistos*. 1 ed. São Paulo: Roca, 2011. 45 p.

MANDELBAUM, Belinda. *O desemprego em situação: esboços de estruturação de uma clínica social*. 2004. 251 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-12012007-162027/pt-br.php>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

MATSUO, Myrian. *Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais*. 2009. 371 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-05032010-130328/pt-br.php>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 80 p.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; LACAZ, Francisco Antonio De Castro. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 797-807, dez. 2005.

MONTEIRO, J. K. et al. Reflexões acerca do atendimento psicológico a desempregados. *Aletheia*, RS, v. 27, n. 1, p. 233-242, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942008000100018>. Acesso em: 08 dez. 2016.

NEVES, Tatiana Freitas Stockler Das. Ensaio sobre o desemprego: qualidades de um “novo” trabalhador? *Imagário*, USP, v. 12, n. 13, p. 123-141, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ima/article/view/42420>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

OKINO, Michelle Yumi Felipe; CAVALCANTE, Caio César Carvalho. Desemprego e exclusão social: princípios fundamentais em xeque? In: *I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade*, 2010, Natal. Anais. Natal: UFRN, 2010. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/anais.html>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

OLIVEIRA, Juliana Nunes de; MENDES, Ana Magnólia. Sofrimento Psíquico e Estratégias Defensivas Utilizadas por Desempregados: Contribuições da Psicodinâmica do Trabalho. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p. 389-399, dez. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 out. 2016.

PERET, Eduardo. *Desemprego atinge 14 milhões de pessoas em abril*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/10000-desemprego-atinge-14-milhoes-de-pessoas-em-abril.html>>. Acesso em 20 dez 2017.

PEREIRA, Maria Cecília; BRITO, Mozar José de. Desemprego e subjetividade no contexto brasileiro: uma análise interpretativa sob a ótica dos excluídos do mercado de trabalho industrial. *Revista Mal-estar e subjetividade*, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 143 - 181, mar. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/1544/0>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

PINHEIRO, Leticia Ribeiro Souto. *A saúde mental dos trabalhadores com ensino superior em situação de desemprego*. 2008. 96 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2888>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

PINHEIRO, Leticia Ribeiro Souto; MONTEIRO, Janine Kieling. Refletindo sobre desemprego e agravos à saúde mental. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 35-45, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25799/27532>>. Acesso em: 23 out. 2016.

REINERT, José Nilson. Desemprego: Causas, consequências e possíveis soluções. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, p. 45-48, jan. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/8065>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Estratégias Micropolíticas para Lidar com o Desemprego: Contribuições da Psicologia Social do Trabalho. *Psicologia política*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 331-346, jul./dez.2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000200010>. Acesso em: 16 out. 2016.

SANT'ANNA, Fátima Cristina Rangel. *Desemprego e saúde: dilemas e perspectivas dos trabalhadores do Estaleiro Verolme*, Angra dos Reis/RJ. 2000. 86 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/5437>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SATO, Leny; BERNARDO, Márcia Hespagnol. Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. *Ciência & Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 869-878, out./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400011>. Acesso em: 16 out. 2016.

SATO, Leny; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Psicologia do Trabalho e Psicologia Clínica: um ensaio de articulação focalizando o desemprego. *Estudos de Psicologia*, Natal, v.9, n.2, p.365-371, mai./ago.2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000200019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2016.

SCHMIDT, Maria Luísa Sandoval. Clínica psicológica, trabalho e desemprego: considerações teóricas. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, [S.L.], v. 7, p. 1-10, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25856>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

SELIGMANN-SILVA, E. et al. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. *Revista brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 187-191, jul./dez.2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200002>. Acesso em: 23 out. 2016.

SELIGMANN-SILVA, Edith. *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 624 p.

_____. Desemprego e Desgaste mental: Desafio às Políticas Públicas e aos Sindicatos. *Revista Ciências do Trabalho*, [S.L.], n.4, p.89-109, jun.2015. Disponível em: <<https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/89>>. Acesso em: 19 out. 2016.

SILVA, Daniel Augusto da; MARCOLAN, João Fernando. Desemprego e sofrimento psíquico em enfermeiras. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v.68, n.5, p.775-782, set./out.2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672015000500775>. Acesso em: 04 jan. 2017.

SILVA, Lidiane Ferreira da. *Estratégias de Coping e Bem-Estar Subjetivo: Estudo com Trabalhadores Desempregados*. 2012. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1795>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

SILVA, Narla Ismail Akel. *Construção de escala para avaliar sofrimento psíquico-social por parte de desempregados*. 2006. 56 f. Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Psicologia - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2675/2/20434030.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

TERRA, C. P. et al. Desemprego: discurso e silenciamento – um estudo com clientes de um serviço de aconselhamento psicológico. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v.9, n.1, p.33-51, jun.2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25882>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

TUMOLO, Ligia Maria Soufen; TUMOLO, Paulo Sergio. A vivência do desemprego: Um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.327-344, set.2004. Disponível em: <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=NumeroAnterior&Num=83&Idioma=pt-br&Esp=23>>. Acesso em: 30 out. 2016.

VIZZACCARO-AMARAL, André Luís. Da polissemia conceptual à crise categorial do desemprego: Novas formas de estranhamento no capitalismo do século XXI. In: VIZZACCA-RO-AMARAL, A. L.; MOTA, D. P; ALVES, G. (Org.). *Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no Século XXI*. São Paulo: LTr, 2011. 232 p.

WICKERT, Luciana Fim. O Adoecer Psíquico do Desempregado. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v.19, n.1, p.66-75, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000100006>. Acesso em: 25 nov. 2016.